

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Perspectivas do investimento 2025-2029

Estudos especiais do BNDES
64/2026

Esta é a segunda divulgação das perspectivas do investimento desde de sua retomada em 2024 com a edição *Perspectivas do investimento 2024-2028*. Nesta edição, parte da série *Estudos especiais do BNDES*, são apresentadas as perspectivas de investimento de 21 setores da economia brasileira, que abrangem segmentos da indústria extrativa, da indústria de transformação, de serviços e de infraestrutura, para o período de 2025 a 2029.

Cabe destacar que a nomenclatura dos setores reflete a organização interna do BNDES. Além disso, o conceito de investimento adotado não é homogêneo e depende das fontes de informação utilizadas,¹ que nem sempre apresentam notas metodológicas e, portanto, podem não se igualar ao conceito de formação bruta de capital fixo (FBCF) utilizado no Sistema de Contas Nacionais, ainda que sempre se busque a maior proximidade possível. Dito isso, este exercício tem caráter exploratório, buscando levantar as principais tendências do investimento setorial no país. Os cenários base e otimista apresentados se distinguem por mudanças nos panoramas econômico ou regulatório que poderiam melhorar as perspectivas de investimento dos setores abordados.

Como mostra a Tabela 1, as perspectivas indicam tendência de aumento dos investimentos nos setores abordados neste estudo para o período de 2025 a 2029, com uma média de R\$ 757,8 bilhões para o cenário base e de R\$ 838,5 bilhões para o cenário otimista, o que equivale a aproximadamente 5,4% e 5,7% do produto interno bruto (PIB), respectivamente. Destaca-se ainda uma evolução crescente dos investimentos, com expansão média de 3% a.a. no cenário base e 4,5% a.a. no cenário otimista. Ambos os cenários apresentam ainda proporções setoriais próximas: no cenário base, 57,5% dos investimentos esperados são nos segmentos de indústria e serviços e 42,5%, no de infraestrutura, enquanto no cenário otimista as proporções são de 57,7% e 42,3%, respectivamente. As próximas seções apresentam os aspectos setoriais considerados na elaboração das estimativas

¹ As perspectivas foram elaboradas a partir de metodologias variadas, como técnicas e levantamentos estatísticos, informações de mercado e exame das respectivas carteiras de projetos.

TABELA 1. INVESTIMENTOS 2022-2024 E PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTO 2025-2029 POR GRANDES SETORES (R\$ BILHÕES)

Setor	Perspectivas de investimento (R\$ bilhões)										Taxa média de crescimento
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total	Média	% total
Cenário base											
Indústria e serviços	297,3	286,4	309,3	410,3	410,8	443,2	455,7	470,3	2.190,3	438,1	57,5%
Infraestrutura	287,0	284,6	305,0	311,0	308,2	321,3	337,0	340,6	1.618,1	323,6	42,5%
Total	584,2	571,0	614,3	721,3	719,0	764,5	792,7	810,8	3.808,3	761,7	100,0%
Cenário otimista											
Indústria e serviços	297,3	286,4	309,3	438,0	448,6	491,0	514,1	533,7	2.425,5	485,1	57,7%
Infraestrutura	287,0	284,6	305,0	330,0	344,5	353,3	370,1	383,5	1.781,5	356,3	42,3%
Total	584,2	571,0	614,3	768,1	793,2	844,3	884,2	917,2	4.207,0	841,4	100,0%

Fontes: Elaboração própria

Notas: Todos os valores são a preços de 2025. Para 2022, 2023, e 2024 foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), enquanto nas projeções não foram considerados cenários de variação de preços.

Perspectivas do investimento 2025-2029: indústria e serviços

As perspectivas de investimento de indústria e serviços no quinquênio 2025-2029 mostram trajetória expansiva no cenário base e ainda mais acelerada no cenário otimista, sustentadas por três motores: (i) retomada e modernização de capacidades produtivas; (ii) transição para tecnologias e produtos de menor intensidade de carbono; e (iii) políticas públicas que reduzem risco e alavancam crédito, notadamente a Nova Indústria Brasil (NIB), o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e os instrumentos da parceria entre BNDES e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A composição setorial, no entanto, é concentrada: os setores de comércio e serviços, petróleo e gás e extrativo mineral respondem por cerca de dois terços do total mapeado no bloco no cenário base (Tabela 2).

Na indústria extrativa mineral, o ciclo projetado se apoia em novos projetos, que são resultado tanto de pesquisas sobre novas reservas como da demanda global por minerais críticos (lítio, terras raras, níquel, cobre, grafite, cobalto) associada à descarbonização e digitalização. No setor de petróleo e gás, o ambiente é dinâmico, com o Brasil consolidando-se como exportador relevante e um portfólio expressivo de exploração e produção (E&P) em desenvolvimento. As estimativas para 2025-2029 situam o investimento acumulado do setor na casa de R\$ 562 a 574 bilhões, abrangendo E&P, gás natural e refino – inclusive iniciativas para combustíveis sustentáveis, como *diesel* coprocessado, óleo vegetal hidrotratado (*hydrotreated vegetable oils*, ou HVO) e combustível sustentável de aviação (*sustainable aviation fuel*, ou SAF) – e a descarbonização da produção, em linha com o Plano de Negócios 2025-2029 da Petrobras.

O setor de papel e celulose mantém posição de destaque graças à competitividade estrutural da celulose brasileira (produtividade florestal, custos e

TABELA 2.INVESTIMENTOS 2022-2024 E PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTO 2025-2029 PARA INDÚSTRIA E SERVIÇOS (R\$ BILHÕES)

Setor	Cenário base									Cenário otimista						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total	2025	2026	2027	2028	2029	Total	
Extrativo mineral	26,4	28,9	28,9	33,4	35,2	36,9	40,4	40,2	186,1	34,2	38,1	44,3	48,3	48,2	213,2	
Petróleo e gás	76,6	86,1	100,6	111,6	104,3	121,7	112,8	111,5	562,0	113,4	106,5	124,1	115,6	114,8	574,3	
Papel e celulose	21,5	16,1	9,1	6,5	9,5	14,0	20,0	27,5	77,5	8,0	12,5	18,5	26,0	35,0	100,0	
Alimentos	12,1	11,7	12,2	19,2	20,2	21,1	21,9	22,7	105,1	20,1	21,1	22,1	23,0	23,8	110,1	
Biocombustíveis	2,5	3,0	4,2	5,2	5,2	5,2	5,2	5,2	26,0	6,2	6,2	6,2	6,2	6,2	31,0	
Químico	6,8	5,4	6,5	5,2	5,3	5,4	5,5	5,6	26,9	5,2	8,8	9,0	9,2	9,4	41,6	
Siderurgia	6,3	7,4	7,2	7,7	6,9	6,8	7,1	7,5	36,0	7,7	7,7	8,1	14,3	15,0	52,7	
Automotivo	15,6	11,2	19,5	32,4	23,9	22,8	22,3	17,6	119,0	32,4	23,9	22,8	22,3	17,6	119,0	
Aeroespacial	0,0	1,2	0,6	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	17,2	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	20,5	
Bens de consumo	22,4	19,7	23,1	34,7	35,2	35,5	36,1	36,4	177,9	38,1	38,7	39,1	39,7	40,1	195,7	
Comércio e serviços	81,2	69,6	71,4	119,0	127,7	137,5	148,0	159,4	691,6	130,9	140,4	151,2	162,8	175,4	760,8	
Complexo industrial da saúde	8,1	8,2	8,3	9,8	10,4	10,4	10,5	10,5	51,6	13,6	14,6	15,2	15,9	17,0	76,3	
Serviços de saúde	17,9	17,8	17,8	22,2	23,6	22,5	22,6	22,6	113,5	24,2	25,9	26,3	26,7	27,1	130,3	
Total	297,3	286,4	309,3	410,3	410,8	443,2	455,7	470,3	2.190,3	438,0	448,6	491,0	514,1	533,7	2.425,5	

Fonte: Elaboração própria

Nota: Todos os valores são a preços de 2025. Para 2022, 2023 e 2024 foi utilizado o IPCA, enquanto nas projeções não foram considerados cenários de variações de preços.

disponibilidade de áreas). O período 2025-2029 configura novo ciclo histórico, combinando projetos *greenfield*, expansões *brownfield* e modernização, com foco em eficiência energética, redução de emissões e valorização de subprodutos. A demanda por embalagens e papéis sanitários sustenta o investimento, e entre os riscos estão a volatilidade de preços internacionais, a dinâmica da demanda e exigências regulatórias externas,² que elevam custos de conformidade no curto prazo, mas aceleram rastreabilidade e certificação, fortalecendo a cadeia no médio prazo.

A expansão do setor de alimentos decorre da demanda doméstica e internacional e da adaptação a novas exigências regulatórias e de consumo, como a rotulagem nutricional frontal determinada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Assim, os investimentos das empresas precisarão combinar ampliação de capacidade com modernização e pesquisa e desenvolvimento (P&D) em produtos, processos, ingredientes e embalagens. Apesar de as tarifas dos Estados Unidos sobre alguns segmentos (pescados, café solúvel e mel) terem alguns impactos pontuais, estes estão sendo mitigados pelo redirecionamento desses itens para outros destinos, como o mercado interno. Há ainda perspectiva de acordos comerciais do Mercado Comum do Sul (Mercosul) com a Associação Europeia de Livre Comércio (Mercosul-EFTA) e com a União Europeia (Mercosul-UE), entre outros.

Em relação aos biocombustíveis, seu potencial na matriz energética brasileira continua elevado, com benefícios de redução de emissões e desenvolvimento regional. O ciclo é catalisado pela Lei do Combustível do Futuro (Lei 14.993, de 8 de outubro de 2024), que amplia metas para etanol, biodiesel (B20 em 2030), biometano, HVO e SAF (mistura progressiva a partir de 2027), e pela Chamada Pública BNDES-Finep para biorrefinarias. Além disso, o Fundo Clima tem sido fonte relevante de crédito para o setor. Pontos de atenção incluem a tarifa

2 Destaca-se o Regulamento de Desmatamento da União Europeia (EUDR, na sigla original em inglês), norma que proíbe a importação de produtos agrícolas e florestais ligados ao desmatamento. A aplicação da EUDR para grandes operadores está prevista para começar em 30 de dezembro de 2026.

de 50% dos Estados Unidos sobre biocombustíveis e a necessidade de clareza regulatória e eventuais incentivos tributários para comercialização do SAF.

A indústria química brasileira é ampla e heterogênea, com milhares de empresas distribuídas em cadeias como petroquímica, fertilizantes, cloro-soda, gases industriais, especialidades e defensivos. Apesar dessa importância, o setor enfrenta um desequilíbrio estrutural no comércio exterior, com déficit elevado decorrente principalmente de fertilizantes, baixa utilização de capacidade (ao redor de 64%) e pressão adicional das tarifas dos Estados Unidos sobre diversos produtos. Iniciativas como o Plano Nacional de Fertilizantes, o Reiq Investimento (vertente do Regime Especial da Indústria Química) e o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química – Presiq (descarbonização, eficiência e química verde) buscam reverter o quadro. Assim, no curto prazo a agenda tende a priorizar investimentos com foco em ganhos de produtividade, eficiência energética e manutenção e adequação ambiental, o que tende a levar a um montante de investimentos mais contido.

Na siderurgia, a recuperação do mercado interno, iniciada em 2023, impulsionou a modernização e expansão de plantas. O Brasil tem vantagens comparativas, como minério de alta qualidade e energia renovável competitiva, favorecendo o aço de baixo carbono, especialmente diante do Carbon Border Adjustment Mechanism (Cbam) europeu, que pode remunerar produtos com menores emissões. Há oportunidades também em outras rotas, como carvão vegetal, gás natural e hidrogênio, especialmente com o apoio da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Lei 14.948/2024). Em contrapartida, o setor sofre com a elevação das importações diante do excesso de capacidade global, especialmente da China, e das tarifas estadunidenses majoradas em 2025, o que pressiona margens e pode interromper o ciclo de investimentos sem medidas de defesa comercial adicionais.

Para o setor automotivo são projetados R\$ 119 bilhões em investimentos entre 2025 e 2029, impulsionados pelo Programa Mover (incentivos à descarboni-

zação e segurança), pela transição tecnológica (híbridos flex e eletrificação) e por ciclos de produtos mais curtos (2-3 anos), que elevam investimentos em engenharia. Normas ambientais, como o Programa de Controle de Emissões Veiculares (Proconve) L8/P8, e de segurança também respondem por parte relevante do investimento. Adiciona-se ainda a entrada de fabricantes chineses no mercado brasileiro, aumentando a capacidade produtiva, o que deve impulsionar o investimento e pressionar a concorrência no setor. Por outro lado, apesar da retomada de produção e emplacamentos em 2023 e 2024, ainda há ociosidade elevada e crédito restrito, o que pode limitar investimentos na expansão de capacidade no curto prazo.

No setor aeroespacial, a trajetória de investimento está fortemente ligada à Embraer e à Eve Air Mobility, apresentando correlação positiva com o PIB mundial, a substituição de frota e o crescimento do comércio eletrônico por carga aérea. O segmento de defesa, especialmente com os modelos KC-390 e A-29, deve ganhar tração no contexto geopolítico, auxiliado pela inclusão da base industrial de defesa (BID) nas missões da NIB, ainda que incertezas orçamentárias possam afetar o ritmo de expansão. Barreiras tarifárias globais seguem como risco para a competitividade e a alocação de capacidade.

No agregado de comércio e serviços, o maior peso dentro do bloco, o investimento acompanha a renda disponível das famílias e a massa salarial, ainda que com moderação no ritmo de expansão. Entre os serviços, o turismo atua como dinamizador de atividades correlatas (alojamento, alimentação, lazer), com efeitos multiplicadores sobre investimento em qualificação de serviços e infraestrutura local. A indústria de bens de consumo (semi-duráveis e não duráveis, exceto alimentos) tem apresentado desempenhos heterogêneos: enquanto alguns setores, como higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, se mostraram mais resilientes a períodos de baixo crescimento econômico, outros se mostraram mais vulneráveis ao custo do crédito e à renda disponível das famílias. Além disso, a maior concorrência internacional, com a tendência de desvalorização cambial do dólar norte-americano, aumenta

a pressão sobre esses setores, em particular o setor têxtil, o que pode afetar o ritmo de investimento.

O complexo industrial da saúde e os serviços de saúde têm trajetória estruturalmente ascendente, impulsionada por fatores como envelhecimento da população, urbanização e incorporação tecnológica. O gasto em saúde no Brasil alcançou 9,6% do PIB (dados de 2021), com projeções de elevação do componente público até 2030. A inclusão da saúde nas missões da NIB e no Programa Mais Inovação (BNDES-Finep) inauguram novo ciclo de investimento em capacidade produtiva e pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) farmacêutica. Ao mesmo tempo, o programa BNDES Fornecedores SUS pode ampliar o fôlego financeiro para dispositivos médicos, auxiliando na realização de investimentos. Nos serviços de saúde, o Novo PAC vem expandindo a infraestrutura no Sistema Único de Saúde – SUS (primária, especializada e telessaúde) e, caso avancem parcerias público-privadas (PPP) e fundos de investimentos imobiliários (FII), os investimentos podem acelerar.

Perspectivas do investimento 2025-2029: infraestrutura

As perspectivas de investimento em infraestrutura para o período 2025-2029 indicam um ciclo expansivo, sustentado pela combinação entre: (i) políticas públicas estruturantes, como Novo PAC, Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e marcos legais setoriais; (ii) maior protagonismo dos investimentos privados via concessões e PPPs; e (iii) necessidade de manutenção, modernização, digitalização e ampliação de capacidade da infraestrutura econômica e social do país. O bloco responde por aproximadamente 42% de todo o investimento projetado no estudo, com forte concentração em energia elétrica, rodovias, saneamento e telecomunicações, que representam cerca de 80% do total do setor no cenário base.

TABELA 3. INVESTIMENTOS 2022-2024 E PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2025-2029 PARA INFRAESTRUTURA (R\$ BILHÕES)

Setores	Cenário base									Cenário otimista					
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Energia elétrica	146,2	143,4	152,7	137,4	111,9	109,6	114,4	108,4	581,8	143,9	129,2	121,6	122,0	118,7	635,6
Telecomunicações	41,7	36,6	34,4	36,5	37,8	39,2	40,7	42,1	196,3	37,3	39,5	41,9	44,4	47,0	210,0
Logística	74,4	78,6	87,6	100,4	118,1	128,2	137,0	144,4	628,1	110,9	134,0	143,3	155,1	166,6	709,9
Rodovias	42,4	43,2	45,7	57,2	71,1	75,5	78,8	82,0	364,5	63,9	80,4	77,1	78,8	82,0	382,1
Ferrovias	7,3	8,5	10,5	11,3	12,0	12,2	12,6	13,0	61,1	14,4	14,1	14,0	14,9	14,4	71,8
Portos	3,2	3,1	2,7	3,6	4,0	5,0	5,5	5,9	24,0	3,6	4,1	5,8	7,2	8,3	29,0
Aeroportos	2,9	3,2	4,3	2,5	2,1	2,1	1,6	1,0	9,3	2,7	2,2	2,3	1,7	1,1	10,0
Mobilidade urbana	18,6	20,6	24,6	25,9	28,9	33,4	38,5	42,5	169,2	26,3	33,1	44,1	52,5	60,8	216,9
Saneamento (água e esgoto)	24,6	26,0	30,2	36,7	40,3	44,2	45,1	45,7	211,9	37,8	41,9	46,6	48,6	51,2	226,1
Total	287,0	284,6	305,0	311,0	308,2	321,3	337,0	340,6	3.808,3	330,0	344,5	353,3	370,1	383,5	4.207,0

Fonte: Elaboração própria

Nota: Todos os valores são a preços de 2025. Para 2022, 2023 e 2024 foi utilizado o IPCA, enquanto nas projeções não foram considerados cenários de variação de preços.

Na energia elétrica, as projeções de investimento refletem o cenário de excesso de oferta decorrente da forte expansão dos últimos anos, influenciada por mudanças regulatórias que reduziram incentivos às fontes renováveis centralizadas e distribuídas. Com base no Plano Decenal de Energia (PDE2034), elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), observa-se tendência de queda no investimento em geração, enquanto segmentos de transmissão e distribuição sustentam parte importante dos investimentos do quinquênio. Em relação à transmissão, as obras contratadas e as previstas nos planejamentos de médio e longo prazo buscam resolver gargalos de escoamento de energias renováveis e assegurar a resiliência da rede. Quanto à distribuição, o patamar de investimento se mantém elevado, impulsionado por modernização, digitalização, sensoriamento e conexão de novas cargas. Eventual intensificação da eletrificação industrial, da expansão de *data centers*, da produção de hidrogênio renovável e da adoção de veículos elétricos pode alterar a trajetória da demanda e permitir investimento adicional futuro.

No setor de telecomunicações, após a fase de expansão acelerada de fibra óptica e os primeiros ciclos do 5G, prevê-se um investimento médio anual entre R\$ 33 e 39 bilhões. A demanda crescente por conectividade, serviços em nuvem, vídeo e aplicações de internet das coisas (IoT), bem como o avanço da adoção do 5G e a preparação para a futura transição para o 6G devem sustentar um ciclo de modernização e adensamento de redes. Contudo, o cenário macroeconômico, particularmente juros reais elevados, volatilidade cambial e custos de equipamentos importados, podem pressionar os investimentos, especialmente para pequenos e médios provedores. O papel das políticas públicas torna-se, portanto, determinante: o uso orientado dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), os investimentos do Novo PAC em conectividade de escolas, postos de saúde e áreas remotas, e programas como o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center no Brasil (Redata) e o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) fomentam inovação, ampliam cobertura e reduzem assimetrias regionais.

O setor de rodovias atravessa um dos momentos mais dinâmicos da última década, com forte aceleração das concessões federais e estaduais. Somente em 2024 foram realizados dez leilões, com R\$ 70 bilhões contratados, e há expectativa de ao menos 35 novos leilões até 2026, com projetos de grande vulto cujos ciclos de investimento variam entre cinco e dez anos. O investimento privado tende a se tornar preponderante no período, superando proporcionalmente o público graças ao avanço do PPI e à melhoria da modelagem de risco-retorno. Paralelamente, o Novo PAC reforça o investimento público, vital sobretudo em trechos estratégicos da malha federal. No caso das ferrovias, o período é marcado por investimentos robustos, impulsionados por renovações antecipadas de concessões (Malha Paulista, Estrada de Ferro Carajás – EFC, Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM e Malha Regional Sudeste – MRS), projetos *greenfield* relevantes (como a Ferrovia de Integração Centro-Oeste – Fico, o prolongamento da Malha Norte, e trechos da Nova Transnordestina) e iniciativas previstas no Novo PAC e no PPI. Projetos como o da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) 1, cuja retomada está atualmente em negociação, e as perspectivas para Fiol 2 e 3, Ferrogrão e EF-118 ampliam o horizonte de expansão da malha nacional.

No setor dos portos, os principais vetores de investimento são os arrendamentos de terminais em portos públicos e os terminais de uso privado (TUP). O *pipeline* atual inclui 53 terminais com investimentos estimados em R\$ 17,3 bilhões, além de projetos recentes já licitados, como os terminais de granel agrícola e líquidos no Porto de Paranaguá e o megaterminal *greenfield* de minerais em Itaguaí. O setor mantém, ainda, um investimento contínuo de manutenção e modernização, característico de operações intensivas em ativos fixos.

Já o setor aeroportuário brasileiro encontra-se em fase madura após sete rodadas de concessões que transferiram 44 aeroportos, responsáveis por mais de 90% do tráfego de passageiros, à iniciativa privada. O ciclo atual concentra-se

na execução dos investimentos do Bloco dos Onze³ (que inclui Congonhas) e na maturação de projetos auxiliares possibilitados pelo programa Investe+ Aeroportos, que amplia previsibilidade contratual e incentiva empreendimentos complementares (*shoppings*, hotéis e áreas logísticas).

Há projeção de crescimento para a mobilidade urbana após anos de retração – decorrentes da crise sanitária de Covid-19 e da queda estrutural da demanda por transporte público –, influenciada por mudanças nos regimes de trabalho, pelo aumento da motorização individual (em especial o número de motos) e pelo avanço da informalidade e dos aplicativos de transporte a preços competitivos. O ciclo atual é estimulado por grandes projetos metro-ferroviários, especialmente em São Paulo (linhas 2, 6, 8 e 9), além de veículos leves sobre trilhos (VLT) no Rio de Janeiro e em Curitiba, de sistemas de ônibus de trânsito rápido (BRT) e da expansão das frotas de ônibus associadas ao Novo PAC e ao Refrota.

O setor de saneamento apresenta uma intensa trajetória de crescimento, com a média anual para o período entre 2025 e 2029 projetada em R\$ 42,4 bilhões no cenário base e R\$ 45,2 bilhões no otimista, quase o dobro do observado entre 2020 e 2024 (R\$ 23,7 bilhões). O avanço é resultado da implementação do Marco Legal do Saneamento (Lei 14.026, de 15 de julho de 2020), dos investimentos de concessões regionais já contratadas (Alagoas, Rio de Janeiro, Amapá, Piauí, Sergipe, Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan e Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece) e das projeções nas concessões que estão sendo estruturadas pelo BNDES. Ainda que expressivos, destaca-se que esses investimentos permanecem abaixo da meta anual de cerca de R\$ 50 bilhões, estimada pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) como necessária para universalização do serviço (99% água e 90% esgoto).

3 O Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. refere-se a um grupo de 11 terminais de aeroportos leiloados em 2022 para iniciativa privada.

Comentários finais

O investimento representa o principal foco de atuação do BNDES e recebe destaque em qualquer economia, especialmente em um país como o Brasil, com diversos gargalos econômicos e logísticos, além de amplas demandas sociais. Ele também tem um duplo papel, sendo importante componente tanto da demanda agregada quanto da oferta, permitindo, em relação a esta última, que a economia expanda sua capacidade de produção, absorva novas tecnologias e aumente a produtividade. Apesar de em 2024 o crescimento da FBCF (7,3%) ter sido maior do que o do PIB (3,4%), o nível da taxa de investimento em 17% é um patamar considerado baixo. Os dados já divulgados de 2025 apresentam uma leve melhora do indicador, para 17,3%, o que ainda aponta a necessidade de expansão dos investimentos.

No que tange às políticas produtivas do Governo Federal voltadas ao investimento, duas podem ser destacadas: o Novo PAC e a NIB. O BNDES vem contribuindo ativamente com cada uma dessas políticas, seja no planejamento, na execução ou no financiamento.

Conforme apresentado, apesar de alguns desafios macroeconômicos e setoriais, as perspectivas de investimento do quinquênio 2025-2029 são auspiciosas, representando em média 5,4% do PIB no cenário base e 5,7% no cenário otimista. Do ponto de vista setorial, a maior parte das perspectivas são positivas, refletindo expectativas da manutenção do ritmo de crescimento da economia e da perenidade das políticas públicas introduzidas nos últimos anos. Por fim, vale destacar que a continuidade de uma perspectiva positiva em relação ao crescimento econômico é essencial para a consolidação de uma trajetória de investimento sustentável.

Editado pela Gerência de Editoração e Memória do
Departamento de Relacionamento da
Área de Relacionamento, Marketing e Cultura

